

Estratégias discursivas do agronegócio: a construção de uma imagem de sustentabilidade hídrica no Oeste da Bahia

Tiago Ribeiro Duarte^{1*} 

Ludivine Eloy^{2,3} 

Resumo

Este artigo se debruça sobre o fenômeno que intitulamos de ambientalismo agronegocial, isto é, a mobilização, por parte do agronegócio, de um discurso de sustentabilidade para legitimar suas práticas, a despeito de atores do setor fazerem uso extensivo de recursos naturais. Para tanto, analisamos tematicamente a revista *AIBA Rural*, publicada pela associação do agronegócio do Oeste da Bahia, buscando compreender as estratégias discursivas utilizadas para construir uma imagem de sustentabilidade hídrica em um contexto de conflito em torno do uso da água. A partir dessa análise, desenvolvemos uma tipologia de estratégias do ambientalismo agronegocial, a qual é composta pelos seguintes conceitos: legalismo sustentável, tecno-otimismo, cientificismo seletivo e conservação ambiental deslocada. O artigo contribui para a literatura das Ciências Sociais ao introduzir uma tipologia inovadora para se compreender como o agronegócio busca construir uma imagem pública de sustentabilidade.

Palavras-chave: agronegócio, sustentabilidade, ambientalismo agronegocial, recursos hídricos, Oeste da Bahia.

¹Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia, Brasília, DF, Brasil.

²Centre National de la Recherche Scientifique, Montpellier, França.

³Université Paul Valéry, Montpellier, França.

*Correspondência: ribeiroduartetiago@gmail.com

Discursive strategies of the agribusiness: the construction of an image of water sustainability in Western Bahia, Brazil

Abstract

This paper examines what we have named agribusiness environmentalism, i.e. the mobilization of a sustainability discourse by the sector to legitimate its practices despite making extensive use of natural resources. To do so, we have carried out a thematic analysis of *AlBA Rural*, a magazine published by a Western Bahia (Brazil) agribusiness association, to identify the discursive strategies deployed to build an image of hydric sustainability in a context of water conflict. Through this analysis, we have developed a typology of strategies deployed in agribusiness environmentalism, which is composed of the following concepts: sustainable legalism, techno-optimism, selective scientificism, and displaced environmental conservation. The paper contributes to the Social Sciences literature by introducing an innovative typology that explains how the agribusiness seeks to build a public image of a sustainable sector.

Keywords: agribusiness, sustainability, agribusiness environmentalism, water, West Bahia.

1. Introdução

Um outro cenário que desponta no horizonte do agronegócio, está relacionado à necessidade de termos uma imagem positiva do processo produtivo perante o cliente interno e, principalmente, o externo. É crescente nos mercados consumidores o interesse por produtos, com destaque para os alimentos, feitos sob práticas sustentáveis, com baixo impacto sobre a água, o solo, as florestas e o clima. Além de gerar melhor visibilidade para os compradores e reforçar os conceitos de sustentabilidade, as boas práticas agrícolas agregam valor ao produto (Filho, 2021, p. 31).

A literatura que estuda as relações entre o meio ambiente e as sociedades tem se debruçado, nas últimas décadas, sobre o fenômeno chamado de ambientalismo corporativo ou ambientalismo empresarial (Nardelli; Griffith, 2003; Tavares et al., 2025). Esses conceitos se referem aos esforços empreendidos por grandes corporações para construir e difundirem narrativas de que adotam práticas sustentáveis em seus processos produtivos. Todavia, esse discurso ocorre em desacordo com suas práticas produtivas, as quais implicam em uma série de danos socioambientais, envolvendo, por exemplo, emissões de gases estufa na atmosfera, a contaminação de solos, rios e mares, o uso excessivo de recursos naturais e a expulsão de populações indígenas e tradicionais de seus territórios (Tavares et al., 2025, p. 13). Nesse sentido, os ambientalismos corporativos consistem na mobilização, ou mesmo cooptação, de discursos ambientalistas descolados de uma preocupação ambiental genuína, com o propósito de construir uma imagem pública de sustentabilidade, que daria maior legitimidade às empresas. Tal fenômeno foi estudado em diversos setores, como, por exemplo, no florestal (Nardelli; Griffith, 2003), na mineração (Araújo; Milanez, 2024, 2025; Antonino; Sousa, 2025; Soares, 2025) e na siderurgia (Tavares, 2025). No caso da mineração, por exemplo, Araújo e Milanez (2024, 2025) utilizam-se do termo ambientalismo minerário para se referirem às práticas desse setor específico.

O foco deste artigo é aquilo que denominamos de *ambientalismo agronegocial*, isto é, os esforços do agronegócio¹ de mobilizar discursos de sustentabilidade para criar uma imagem positiva do setor, a despeito de suas práticas fazerem uso extensivo de recursos naturais. Apesar de alguns estudos mencionarem o tema (Porto, 2014; Porto-Gonçalves; Chagas, 2019; Meyer; Gerhardt, 2024; Uema; Romano, 2024; Cordeiro, 2025), eles ainda são em número pequeno e com pouco avanço conceitual. Além disso, um número crescente de trabalhos estuda como o setor pressiona o Estado para flexibilizar as políticas ambientais para legitimar suas atividades. Para isso, criam ou mobilizam instrumentos de regulação ambiental baseados no voluntariado e no mercado (marcas, certificações e rótulos), em oposição às regulamentações coercitivas emanadas do poder público (Bühler; Marie, 2020; Bühler; Gautreau; Oliveira, 2022; Schilling-Vacaflor et al., 2021; Eloy et al., 2023a). Ainda assim, poucos trabalhos analisam em detalhes as narrativas ambientais que sustentam essa mobilização e buscam desenvolver conceitos para melhor compreendê-la.

O objetivo deste artigo é, por meio de um estudo da *Revista AIBA Rural* – editada e publicada pelo agronegócio baiano, compreender as estratégias discursivas utilizadas pelo agro da região para construir uma imagem de sustentabilidade, de modo a garantir a legitimidade do setor perante a opinião pública. Assim, a contribuição específica deste artigo é, por meio de nosso estudo de caso, gerar uma tipologia das estratégias discursivas utilizadas na *AIBA Rural* em busca da produção de uma reputação de setor sustentável, em particular com relação ao uso da água para irrigação em um contexto de conflito hídrico. Essa tipologia inclui quatro conceitos. Um deles já vem sendo usado nas Ciências Sociais (p. ex., Barry, 2017; Gardezi; Arbuckle, 2020; Avle et al., 2020; Quinlan, 2021; Tutton, 2021), o tecno-otimismo.² Para além dele, desenvolvemos três conceitos originais que serão utilizados para interpretar o material coletado: legalismo sustentável, cientificismo seletivo e conservação ambiental deslocada.

¹ O termo “agronegócio” refere-se aqui à rede de atores socioeconômicos do setor agroindustrial (Bühler; Marie, 2020).

² O tecno-otimismo, da maneira como o utilizamos neste trabalho (Barry, 2017), consiste na crença exagerada na capacidade da tecnologia de produzir soluções para problemas sociais ou socioambientais, em particular para a crise ambiental e climática, ignorando seu potencial de geração de riscos.

Este artigo é baseado na análise documental qualitativa dos números 1 a 22 da *AIBA Rural*, compreendendo todos os números publicados entre 2015, o ano de seu lançamento, e 2022. Foi realizada uma triagem inicial a partir do índice das publicações em busca de reportagens que tratassem de temas relacionados à crise hídrica, irrigação e sustentabilidade hídrica das práticas do agronegócio da região. Posteriormente, com o avanço da pesquisa em outras frentes, como idas a campo no Oeste da Bahia por parte de Duarte para entrevistar atores que resistem ao agronegócio e para participação, em 2024, na Bahia Farm Show, feira anual de negócios organizada pela AIBA, em Luis Eduardo Magalhães, foram lidos também editoriais e entrevistas com figuras importantes do agro baiano. No total, foram selecionados 67 textos, os quais foram integralmente lidos e codificados com auxílio do *software* NVivo, utilizando-se da técnica de codificar e recuperar (Coffey; Atkinson, 1996) para facilitar a organização e recuperação dos dados. Procedeu-se, então, a uma análise temática (Braun; Clarke, 2006) para compreender os principais temas tratados na revista relacionados aos objetivos da pesquisa e, posteriormente, produzir categorias analíticas. Os temas gerados podem ser visualizados no Quadro 1:

Quadro 1. Temas gerados a partir da análise temática

Temas
Sustentabilidade e legislação
Sustentabilidade e tecnologia
Sustentabilidade e ciência
Outras ações pró-meio ambiente
Vilanização do agro
Responsabilidade social
Irrigação
Expansão agrícola
Crise hídrica
Celeiro do mundo
Agricultura sustentável

Dentre esses temas, há níveis diferentes de sobreposição, e, em diversos casos, o mesmo trecho foi vinculado a diferentes temas. Por exemplo, o último tema, agricultura sustentável, foi um tema “guarda-chuva” inicial que, posteriormente, foi refinado, e os dados nele incluídos subdivididos nos quatro primeiros temas, os quais foram selecionados como foco da análise. Ainda assim, foi necessária uma nova rodada de análise para separar os trechos relacionados à sustentabilidade hídrica dentre os trechos codificados nos quatro primeiros temas para formar o *corpus* final em que se baseou este artigo, dado que a questão da sustentabilidade para o agronegócio atravessa outras questões relacionadas, por exemplo, à vegetação e aos solos. Posteriormente, com o avanço da análise, os nomes iniciais dados aos quatro primeiros temas foram convertidos nos conceitos apresentados neste trabalho. Desse modo, os dados contidos em sustentabilidade e legislação foram usados no desenvolvimento do conceito de legalismo sustentável; em sustentabilidade e tecnologia no conceito de tecno-otimismo; em sustentabilidade e ciência em cientificismo seletivo; e outras ações pró-meio ambiente em conservação ambiental deslocada.

Este artigo é dividido nas seguintes partes. A próxima seção introduz o conflito hídrico no Oeste da Bahia, o qual constitui o pano de fundo para o desenvolvimento das estratégias de ambientalismo agronegocial da AIBA. A seção seguinte apresenta a AIBA e sua publicação, a *AIBA Rural*. A seguir, há uma breve seção sumarizando os principais argumentos expostos na *AIBA Rural* sobre a crise hídrica, a qual é seguida por seções específicas, cada uma apresentando e exemplificando as estratégias discursivas utilizadas pelo agronegócio baiano para construir uma imagem de sustentabilidade com relação ao uso da água. Por fim, concluímos o artigo com uma síntese de seus principais argumentos, temas para pesquisas futuras e recomendações para processos de formulação de políticas hídricas.

2. O conflito hídrico no Oeste da Bahia

O Oeste da Bahia é uma área de cerrado que, desde os anos 1970, transformou-se em fronteira agrícola com a chegada de imigrantes vindos do Sul do Brasil, em especial do Rio Grande do Sul (Porto-Gonçalves; Chagas, 2019; Uema; Romano, 2024). A chegada desses imigrantes, ao longo das décadas, alavancou a economia da região; todavia, trouxe também uma série de impactos e conflitos ambientais.³ Em um primeiro momento, houve conflitos relacionados ao território, dado que houve ampla expropriação por parte dos imigrantes de terras devolutas utilizadas coletivamente por populações tradicionais, como comunidades de fundo e fecho de pasto e geraizeiras (Santiago; Hora, 2024; Uema; Romano, 2024). Instalaram-se, então, médias e grandes propriedades, das quais foi removido o Cerrado e onde foi implementada a monocultura em larga-escala, sendo as principais lavouras cultivadas na região a soja, o algodão e o milho.

Apesar de o solo da região ser ácido, como é comum no Cerrado, necessitando correção, o Oeste da Bahia é atrativo devido à sua grande disponibilidade hídrica, uma vez que ele se situa sobre um dos maiores aquíferos do Brasil, o Urucuaia. Parte relevante dos afluentes da margem esquerda do Rio São Francisco nascem na região e correm em direção leste para abastecê-lo. Por isso, os conflitos na região não se restringem à questão fundiária, mas também ao acesso e uso das águas. Desde o final da década de 1980, iniciaram-se conflitos hídricos devido à construção de barragens e pequenas centrais hidroelétricas para abastecer a elevada necessidade de eletricidade gerada pelo agronegócio (Santiago; Hora, 2024).

³ Há uma vasta literatura nacional e internacional sobre conflitos ambientais (Fleury; Almeida; Premebida, 2014; Fleury; Barbosa; Sant'ana Júnior, 2017). Neste trabalho, entendemos esse conceito como disputas entre distintas maneiras de usar e atribuir significado aos recursos ambientais em um determinado território, estando usualmente relacionados a processos de privatização de bens comuns (Acserald, 2004; Zhouri; Laschefski; Pereira, 2005; Porto-Gonçalves, 2006). Esses conflitos envolvem atores com interesses e valores diferentes em uma dinâmica marcada por significativa assimetria de poder (Svampa, 2019, p. 46).

Essas tecnologias causam alterações nos cursos d'água inviabilizando, em diversas comunidades, o uso de técnicas tradicionais de plantio.

Nas últimas duas décadas, os conflitos hídricos se agravaram a partir da ampliação do uso da irrigação pelo agronegócio, em particular por meio de pivôs centrais, os quais inicialmente captavam águas superficiais e, posteriormente, passaram a captar predominantemente águas profundas do aquífero Urucuia (Porto-Gonçalves; Chagas, 2019). As populações tradicionais que habitam a região, em especial comunidades de fundo e fecho de pasto, ribeirinhos e quilombolas, têm percebido uma diminuição significativa na vazão dos rios que atravessam seus territórios, assim como o secamento de nascentes (Porto-Gonçalves; Chagas, 2019; Silva et al., 2021; Eloy et al., 2023b; Silva, 2025). Esse contexto de crise hídrica tem trazido dificuldades para a manutenção de seus modos de vida. A escassez de água levou a conflitos entre comunidades e o agronegócio, os quais se tornaram particularmente evidentes em novembro de 2017, quando ocorreu, em Correntina, o que ficou conhecido como Guerra da Água (Porto-Gonçalves; Chagas, 2019; Oliveira, 2024). Nesse episódio, entre 600 e 1000 ribeirinhos e membros de outras comunidades tradicionais que vivem às margens do Rio Arrojado invadiram duas fazendas do grupo Igarashi e destruíram estruturas e equipamentos, incluindo bombas hidráulicas para captar água do aquífero e pivôs centrais de irrigação. Os manifestantes argumentaram que o agronegócio estava secando as águas do Arrojado e que não eram escutados em suas demandas pelo poder público, sendo necessária uma ação mais enérgica. Nos dias seguintes à invasão da fazenda, a polícia agiu de modo truculento nas investigações sobre os envolvidos, o que, onze dias depois, levou a uma grande manifestação em Correntina, com aproximadamente 12.000 pessoas, crítica ao agronegócio e em defesa dos manifestantes que invadiram as fazendas do grupo Igarashi – além de demonstrações em outras cidades da região, como Barreiras. Nesse contexto, o agronegócio do Oeste da Bahia tem produzido narrativas de que suas atividades são marcadas pela sustentabilidade e naturalizando as causas da crise hídrica. A Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) tem sido um importante agente nesse processo.

3. A AIBA e a *AIBA Rural*

A AIBA foi fundada em 1990 e rapidamente adquiriu grande influência política nos níveis local, estadual e nacional (Brannstrom, 2005). Quando da sua fundação, ela possuía apenas 16 associados. Atualmente, ela reúne “mais de 1.300 produtores e representando cerca de 95% da força de produção em 2,25 milhões de hectares plantados”.⁴ A AIBA representa os interesses do agronegócio baiano, estabelecendo diálogo nas diversas esferas da federação. Além disso, ela financia projetos do interesse de seus associados, conforme veremos abaixo, e organiza anualmente a maior feira do agronegócio das regiões Norte e Nordeste do país, a Bahia Farm Show.

O agronegócio brasileiro frequentemente se comporta como uma poderosa força antiambientalista e antirregulação ambiental (Aragão et al., 2024; Medeiros et al., 2024). Todavia, conforme Pompeia (2023) e Viola e Mendes (2022) argumentam, há uma diversidade de posturas adotadas por entidades do agro com relação ao meio ambiente, incluindo desde associações que adotam posturas abertamente antiambientalistas, negando a necessidade de se proteger o meio ambiente, até algumas que consideram a agenda ambiental relevante. A AIBA reconhece discursivamente a importância de se adotar práticas sustentáveis na agricultura (Oliveira, 2024; Uema; Romano, 2024), sendo um excelente exemplo do ambientalismo agronegocial. A real sustentabilidade das práticas de seus associados tem sido amplamente contestada pela população local, como vimos na seção acima, e em estudos da literatura, conforme exemplificado abaixo. Nesse contexto, a associação realiza um esforço considerável para construir uma imagem positiva do agronegócio do Oeste da Bahia, defendendo que ele adota práticas sustentáveis no processo produtivo, em particular no que tange ao uso de recursos hídricos.

⁴ Trecho retirado do *website* da associação (Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia, 2025a).

A AIBA publica trimestralmente a *AIBA Rural* desde 2015. A revista funciona ao mesmo tempo como um veículo de informações para os seus associados e de construção de uma imagem positiva a respeito das práticas do setor no Oeste da Bahia. Um número típico da revista contém um editorial, propagandas de produtos para o agronegócio, uma entrevista com alguma figura de destaque do setor, matérias escritas pela própria redação e artigos escritos por cientistas e técnicos aliados. Em alguns casos, artigos são escritos por funcionários ou proprietários de empresas de produtos agrícolas com o intuito de divulgá-los para os agricultores da região. Tanto nas reportagens como nas propagandas, aparecem imagens de um mundo rural pujante, ensolarado e preenchido por lavouras verdejantes. Além disso, é comum fotos de locais com abundância de água, de maquinário e outras tecnologias agrícolas de última geração e de grãos, frutas, algodão e outros produtos cultivados no Oeste da Bahia. A revista é registrada no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e tem ISSN, o que, nas páginas da *AIBA Rural*, é utilizado para atestar a credibilidade da publicação (Souza; Borges, 2025, p. 27).⁵

O primeiro número da revista teve tiragem de 2000 exemplares e, apesar de alguma variação entre 1000 e 3000 ao longo dos anos, os números mais recentes, publicados em 2025, tiveram 2500 cópias impressas. Além disso, a revista está disponível gratuitamente para *download* no *site* da AIBA.⁶ Cada número tem em torno de 50 páginas.

⁵ Todavia, não se trata de revista científica. Em diversos números da publicação, aparece mensagem convidando pesquisadores a submeter seus artigos científicos, os quais seriam avaliados pelo conselho editorial formado por mestres e doutores. Apesar dessa avaliação por parte de indivíduos com formação em nível de pós-graduação, não se trata do processo tradicional de avaliação por pares, nos quais os editores enviam os artigos para especialistas no tema emitirem pareceres sobre a qualidade dos textos. Além disso, os artigos ditos “científicos”, isto é, aqueles escritos por indivíduos com credenciais científicas, em geral não se utilizam de linguagem técnica complexa e fazem poucas referências à literatura especializada. Trata-se, na verdade, de artigos de divulgação de ciência pró-agro.

⁶ Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (2025b).

Os assuntos abordados na revista são diversos, incluindo, por exemplo, ações da AIBA, novas legislações que afetam produtores rurais, novas técnicas e tecnologias de cultivo, informações sobre safras e sobre fatores que podem afetá-las, como pragas e variações climáticas e, mais especificamente no que se relaciona aos interesses do presente artigo, a crise hídrica, irrigação e a sustentabilidade das práticas do agronegócio na região. Nesse sentido, a revista é parte de um esforço epistêmico mais amplo do agro, procurando retratar a “realidade” do setor para a sociedade. Conforme Júlio Busato, ex-presidente da AIBA que presidia a associação quando a revista foi fundada: “Fico feliz em ver que a publicação continua forte, levando informações de qualidade e *mostrando a verdade* sobre o agro no Oeste da Bahia” (Souza; Borges, 2025, p. 26, *itálico adicionado*). Assim, em um contexto em que há uma disputa discursiva sobre quais seriam as causas em torno da crise hídrica no Oeste da Bahia e sobre qual a contribuição do agro para ela, a *AIBA Rural* é um veículo amplamente utilizado pelo agronegócio baiano para divulgar narrativas favoráveis ao setor e à ideia de que ele se orienta por práticas ambientalmente sustentáveis. Nesse sentido, trata-se de um importante braço do ambientalismo agronegocial da AIBA, o qual é utilizado para legitimar as práticas de seus associados.

4. Apontamentos gerais sobre a narrativa da *AIBA Rural* sobre a crise hídrica e o agronegócio

O discurso encontrado na *AIBA Rural* sobre a situação hídrica do Oeste Bahia é assentado em um tripé conceitual: sustentabilidade, produtividade e segurança alimentar. A partir do entrelaçamento desses três conceitos, busca-se produzir uma narrativa em que a irrigação em larga escala é uma necessidade, um caminho inexorável para o agronegócio e para a sociedade em geral. Vejamos como esses conceitos estão entrelaçados.

A posição dominante do agronegócio do Oeste da Bahia é que a crise hídrica na região não é causada por suas práticas, como desmatamento da vegetação nativa e ampliação da irrigação por pivô central, mas por variações climáticas. Em especial, os fenômenos do El Niño e La Niña seriam importantes variáveis para se compreender a alternância entre períodos mais secos e mais chuvosos, o que explicaria a vazão mais baixa dos corpos d'água em determinados períodos. A irrigação é entendida como uma aliada do setor, pois aumentaria a *produtividade*, reduzindo a necessidade de expansão da atividade agrícola para novas terras. Nesse sentido, a irrigação ajudaria a reduzir o desmatamento e, por consequência, contribuiria no combate às mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que a segurança alimentar seria mantida. Com esse discurso, o setor busca se repaginar como um aliado importante do combate às mudanças climáticas, sendo, portanto, uma atividade *sustentável*.

Entrelaçado às noções de produtividade e sustentabilidade, aparece nas narrativas presentes nos textos da *AIBA Rural* o conceito de *segurança alimentar*. São frequentes as citações ao estudo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Food and Agriculture Organization, 2017) que prevê a necessidade de uma ampliação da produção de alimentos em uma ordem de 60% a 70% até 2050, quando a população mundial terá se expandido a algo em torno de nove bilhões de habitantes. Segundo a FAO, a maior parte do aumento da produção deveria vir de aumentos de produtividade e não da abertura de novas áreas de cultivo. Assim, para o agro continuar sendo o “celeiro do mundo”, a irrigação seria uma estratégia incontornável, que traria mais *sustentabilidade* e *produtividade* para a produção, desde que realizada utilizando-se de conhecimento técnico e tecnologias adequadas. Além disso, segundo diversos textos publicados na *AIBA Rural*, a irrigação seria utilizada em apenas 8% das áreas produtivas da região, mas seria responsável por algo em torno de 34% do valor bruto da produção, mostrando-se, portanto, capaz de elevação significativa da produtividade. A expansão da irrigação

seria então incontornável, considerando a necessidade de aumentar a produção de maneira sustentável, contribuir economicamente para o desenvolvimento do país e para a segurança alimentar mundial.

Para compreendermos melhor as bases utilizadas nos textos publicados na *AIBA Rural* para defender a sustentabilidade hídrica do agronegócio da região, passemos agora para as quatro estratégias discursivas utilizadas em suas publicações: o legalismo sustentável, o tecno-otimismo, o cientificismo seletivo e a conservação ambiental deslocada.

5. Legalismo sustentável

O legalismo sustentável se ancora em três argumentos. Primeiramente, na ideia de que o Brasil teria uma rígida lei ambiental que disciplinaria as atividades do agronegócio, garantindo, assim, que o processo produtivo não fosse danoso ao meio ambiente. Em segundo lugar, na defesa de que o agronegócio adere de maneira exemplar à legislação ambiental. A sua terceira faceta seria um trabalho junto aos órgãos políticos e regulatórios em prol da desregulação ambiental, facilitando, assim, a exploração dos recursos naturais e, no caso específico deste artigo, da água. Conforme, exposto por Meyer e Gerhardt (2024, p. 24):

Aqui atuam dois movimentos complementares. Por um lado, se num contexto amplo lideranças do setor agropecuário e agroindústria investem na retirada e flexibilização de impedimentos legais à sua expansão (Almeida, 2010), por outro, no Piplace [Polo de Irrigação do Planalto Central] faz-se questão de exaltar com orgulho o respeito à legislação trabalhista, licenças ambientais e outorgas de uso da água.

Nesse sentido, o *legalismo sustentável* pode ser definido como o argumento de que o agronegócio é sustentável devido à sua aderência rigorosa à supostamente rígida legislação ambiental brasileira, ao mesmo tempo em que faz pressão política para o enfraquecimento desta legislação,

de modo a ter maior acesso a recursos naturais. De um ponto de vista da estratégia discursiva de construir uma imagem de sustentabilidade no Oeste da Bahia, o objetivo é transmitir a mensagem de que seria possível produzir em larga escala, mantendo a posição do Brasil de “celeiro do mundo”, ao mesmo tempo em que as águas da região seriam protegidas.

Com relação ao enfraquecimento das leis ambientais, o Brasil, e particularmente o estado da Bahia, passaram nas últimas décadas por um forte processo de desregulação, o que vem facilitando o desmatamento de áreas nativas e a obtenção de outorgas para a captação de amplo volume de água para irrigação (Eloy et al. 2023a; Brannstrom 2005; Bronz et al., 2020; Maia, 2024; Uema; Romano, 2024). Como consequência, o governo do estado da Bahia vem concedendo massivamente outorgas para captação hídrica desde 2012. Mas, como veremos abaixo, esse processo de enfraquecimento da legislação ambiental é ignorado nas publicações da *AIBA Rural*. Vejamos então alguns exemplos do uso do legalismo sustentável na revista.

O trecho abaixo, retirado de artigo escrito pela Diretora de Meio Ambiente e Irrigação da AIBA,⁷ sumariza a ideia de que a legislação ambiental brasileira é particularmente rígida, mesmo quando comparada a outros países, e que, ainda assim, o agronegócio brasileiro é altamente produtivo:

O Brasil tem sido um grande diferencial para o mundo, não somente em números de produção e produtividade, mas também por possuir uma legislação rígida e robusta, quando comparado a outros países. Assim, o arcabouço legal (federal, estadual e municipal) tem lastreado todas as ações no empreendimento rural, não somente no que se refere ao cumprimento legal, mas principalmente com a adoção de boas práticas agrícolas que tem promovido, em curto, médio e longo prazo, a sustentabilidade lato sensu nas

⁷ A autora do artigo, Alessandra Reis, é Doutora em Botânica, o que confere ao argumento uma aura de maior legitimidade, uma vez que ele foi desenvolvido por uma cientista com a mais alta titulação alcançável. Este ponto se relaciona à outra categoria analítica que exploraremos abaixo, o cientificismo seletivo.

diversas atividades conduzidas no campo. Quando analisada de maneira sistêmica, a legislação nacional traz, entre outros aspectos, informações e normas sobre o uso e ocupação do solo e da água, biodiversidade, conservação da vegetação nativa e dos serviços ecossistêmicos, gestão de resíduos e dos recursos naturais, que juntos têm corroborado às iniciativas e ações de inovação e tecnologia, conduzidas nos empreendimentos rurais em diferentes regiões no Brasil (Reis, 2021, p. 12).

O trecho abaixo também é ilustrativo dessa estratégia, mas com foco em particular na questão hídrica e no uso da irrigação via pivô central:

Primeiro, é preciso entender que a instalação do pivô é controlada pelo Estado através de outorgas. Elas são cedidas após estudos de coordenadas, capacidade de vazão do rio e impactos ambientais. “Essa política é extremamente necessária para mantermos nossos rios. Agora, a nossa associação tem dados que mostram que a menor vazão dos rios do Oeste aconteceu em 1947”, explicou Júlio Busato, presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia, esclarecendo que a seca também é um fenômeno cientificamente “natural”, cíclico (Nunes; Félix, 2015, p. 31).

Nesse trecho, dois pontos são interessantes. Primeiramente, há uma defesa de que a seca é um fenômeno natural, não sendo necessariamente causada pelo uso excessivo da água pelo agronegócio. Há, assim, uma ênfase na narrativa de que o agro é sustentável e de que a crise hídrica seria resultado de flutuações naturais na precipitação na região. Além disso, defende-se que a cessão de outorgas para a instalação de irrigação via pivôs centrais é feita pelo Estado após estudos, o que garantiria que a exploração da água não se daria sem que antes fosse feita uma avaliação da situação hídrica. Assim, a legislação garantiria a sustentabilidade uma vez que as decisões seriam ancoradas em conhecimento técnico que evitaria impactos ambientais negativos.

O trecho a seguir, de um texto de Júlio Busato, ex-presidente da AIBA e, naquele momento, presidente da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), outra associação do agronegócio da região, exemplifica esse mesmo ponto, evidenciando que o legalismo sustentável se entrelaça com uma narrativa de amparo científico nas tomadas de decisão sobre o uso da água:

Da mesma forma o uso racional da água para irrigação, outorgado e fiscalizado pelo Inema [Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos] a partir de critérios científicos, obedece ao mesmo conceito de sustentabilidade, garantindo o manancial futuro para a perenidade dos rios e da atividade produtiva, além de reduzir o custo com o consumo da energia elétrica das bombas, impactando positivamente nos preços e consequentemente na competitividade do mercado externo (Busato, 2018, p. 23).

Em síntese, uma das maneiras pelas quais o agronegócio baiano procura se legitimar do ponto de vista da sustentabilidade hídrica é argumentando que suas práticas aderem à legislação, a qual seria rígida de um ponto de vista ambiental. Além disso, ao ser aplicada, essa legislação faria uso de estudos científicos que garantiriam que a água seria usada de maneira sustentável. Assim, o Oeste da Bahia seria ao mesmo tempo uma região de grande produtividade e um exemplo de desenvolvimento sustentável. O legalismo sustentável aparece, então, nesses discursos como uma estratégia para legitimar as atividades do agro baiano, na medida em que a adesão à legislação seria garantidora da sustentabilidade de suas atividades. Todavia, como vimos acima, trata-se de uma legislação ambiental enfraquecida e flexibilizada para facilitar a extração de água para atividades de irrigação em larga-escala. Nessas condições, a aderência à legislação não pode ser tratada como garantia de sustentabilidade para atividades produtivas.

6. Tecno-otimismo

Conforme apontado acima, o conceito de tecno-otimismo vem sendo utilizado na literatura das Ciências Sociais nas últimas décadas.⁸ De acordo com Barry (2017, p. 108), o *tecno-otimismo*

é entendido como uma crença exagerada e injustificada nas habilidades tecnológicas humanas para resolver problemas de insustentabilidade, enquanto se minimiza ou nega a necessidade de transformação social, econômica e política de larga escala. Mais especificamente, o tecno-otimismo é a crença de que os custos ambientais e sociais negativos do alto consumo, das sociedades de consumo afluentes e de formas de vida associadas ao sistema capitalista ortodoxo orientado para o crescimento econômico podem ser resolvidos ou erradicados por meio da inovação e de avanços tecnológicos.⁹

O problema do tecno-otimismo é que ele ignora que as tecnologias produzem não apenas soluções para a vida em sociedade, mas também riscos (Beck, 2010). Trata-se de uma visão de mundo derivada da crença iluminista no poder da razão e da técnica de trazerem bem-estar humano em termos de controle das forças da natureza e de organização das sociedades. Esse otimismo, todavia, não pondera sobre o potencial destrutivo das tecnologias em seus enredamentos com a ação humana, podendo produzir desastres socioambientais em larga-escala, incluindo desde secas, ruptura de barragens, até, em casos mais extremados, desastres nucleares.

⁸ Um conceito similar é o de tecnoentusiasmo, desenvolvido por Paula (2020, 2023). A sua principal diferença com relação ao de tecno-otimismo é que ele se refere a contextos em que a ciência e tecnologia seriam vistas como livres de valores, não sendo intrinsecamente boas ou ruins. Ainda assim, haveria um entusiasmo de que elas poderiam ser utilizadas para o aprimoramento da vida em sociedade. No caso do agronegócio baiano, não há indícios de uma visão das ciências e tecnologias como neutras. A percepção geral é que elas estariam intrinsecamente trazendo o progresso produtivo e ambiental no contexto rural.

⁹ Tradução realizada em estilo livre pelos autores.

O conceito de tecno-otimismo nos ajuda a compreender outra faceta do discurso de sustentabilidade hídrica do agronegócio do Oeste da Bahia, isto é, a crença de que o uso de alta tecnologia na irrigação garantiria que suas práticas são sustentáveis, preservando, assim, as águas superficiais e subterrâneas da região.¹⁰ O trecho abaixo, retirado de uma reportagem da *AIBA Rural* sobre o 8º Fórum Mundial da Água, ocorrido em Brasília, em 2018, cobrindo a palestra do então presidente da AIBA, Celestino Zanella, exemplifica esse ponto:

Zanella ressalta que a região possui um modelo de agricultura de precisão, com técnicas eficientes de irrigação, capaz de combater o desperdício de água e aumentar a produtividade sem tanta pressão nos recursos hídricos. “O produtor rural tem a missão de alimentar o mundo, por isso tem que continuar plantando para abastecer uma população cada vez maior. Para tanto, precisamos desenvolver uma agricultura sustentável, para garantir comida e água”, pontua (Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia, 2018, p. 49).

Já o trecho seguinte traz um maior detalhamento sobre as tecnologias de ponta utilizadas na irrigação e como elas se configurariam como “boas práticas conservacionistas”. Aqui novamente aparece o argumento de que alta tecnologia seria equivalente a uma agricultura sustentável e que preserva os recursos hídricos:

Ao falar em boas práticas conservacionistas, o tema logo nos remete aos recursos hídricos. Esta também é uma preocupação dos produtores rurais do oeste baiano. A fim de praticar uma agricultura

¹⁰Em pesquisa no contexto estadunidense, Gardezi e Arbuckle (2020) descobriram que quanto mais tecno-otimistas eram os agricultores de soja e milho, menor a sua propensão a apoiar medidas de adaptação às mudanças climáticas. Esses produtores tinham uma percepção de risco reduzida com relação às alterações do clima devido à crença de que as tecnologias solucionariam potenciais problemas futuros. É interessante o paralelo com os agricultores do Oeste da Bahia, cujo tecno-otimismo minimiza sua percepção de risco relacionado ao uso extensivo da irrigação.

sustentável, muitos irrigantes da região adquiriram as próprias estações agrometeorológicas, cuja finalidade é garantir a eficiência na irrigação. As estações automatizadas e de baixa manutenção fornecem os dados necessários sobre o solo, a cultura e o sistema de plantio, de modo a auxiliar o operador a tomar decisões assertivas ao estabelecer a lâmina d'água, momento adequado e tempo de irrigação, evitando desperdício, tanto de água quanto de energia elétrica (Magalhães, 2017, p. 37).

O próximo trecho é ainda mais otimista com relação ao uso da tecnologia nas fazendas, de uma maneira geral, e da irrigação, em particular. Nele, é realizada uma defesa tecno-otimista de que o uso de tecnologias digitais no agronegócio traria eficiência, sustentabilidade e lucratividade para o setor:

Atualmente, a agricultura se encontra em um novo patamar. A Agricultura Digital (Digital Farming) consiste em um conjunto de tecnologias que auxiliam o produtor nas atividades rurais. A era da Agricultura 4.0, por meio de conectividade, sensoriamento remoto, softwares e dispositivos, possibilitam levantar uma infinidade de dados, também conhecida como Big Data. Esses dados, após organizados e convertidos em informações, ajudam o produtor a entender a variabilidade que ocorre dentro da fazenda e, assim, dar base para decisões estratégicas dentro e fora da propriedade.

[...]

A determinação do teor de água no solo permite o bom manejo da irrigação e define o momento das operações mecanizadas dentro da lavoura. Os sensores de umidade do solo, como, por exemplo, os utilizados pela Fazenda Sama, realizam leituras frequentes do conteúdo volumétrico de água no solo, de maneira remota, e são

ferramentas que ajudam no gerenciamento da água. Considerando a demanda hídrica da cultura em determinado estágio fenológico e eventuais perdas do sistema, é possível indicar o momento de início e duração da irrigação, contribuindo para o uso eficiente da água.

O uso de tecnologias para o correto manejo da irrigação agrega valor ao aspecto sustentável da produção, além dos resultados financeiros e operacionais (Filippi et al., 2021, p. 27).

Em suma, o tecno-otimismo se apresenta com frequência nos números da *AIBA Rural*, funcionando como uma estratégia de defesa da sustentabilidade hídrica do agronegócio do Oeste da Bahia. É digno de nota que em nenhum momento se cogita que poderia haver problemas no modelo produtivo vigente, ou que ele poderia precisar de transformações. As únicas mudanças concebíveis são aprimoramentos tecnológicos que fariam com que o uso da água fosse ainda mais sustentável. O agro seria, então, altamente produtivo, necessário para alimentar o mundo, e eventuais problemas ambientais que derivassem de suas atividades poderiam ser solucionados por meio do uso de tecnologias de ponta. Tecnologia e sustentabilidade são então equiparadas de uma maneira acrítica.

7. Cientificismo seletivo

Em um texto clássico sobre o papel de *experts* em situações de conflito ambiental, Nelkin (1975) chegou a conclusões importantes para o desenvolvimento do conceito que apresentaremos nesta seção, o cientificismo seletivo. Primeiramente, a autora argumentou que empreendedores – no caso deste artigo, empresários do agronegócio – muito comumente procuram *experts* para legitimar seus planos – no contexto deste trabalho, a ampliação da área de cultivo irrigada por pivô central.

Todavia, quando há controvérsia entre diferentes grupos de *experts*, isto é, quando alguns defendem a segurança, viabilidade e/ou sustentabilidade de um empreendimento, ao passo que outros não, a confiança e aceitação do aconselhamento científico de um dos lados da disputa tende a ser firmada com base em qual grupo de *experts* apresenta estudos que reforçam posicionamentos pré-existentes (Nelkin, 1975, p. 51 e 53). Dito de outro modo, em situações de conflito ambiental, há um viés de confirmação que faz com que as diferentes partes em disputa em torno de um empreendimento tendam a confiar nos *experts* cujas pesquisas deem suporte para seus posicionamentos políticos prévios. Nesse sentido, as diferentes partes confiam na ciência, mas somente naquela que está alinhada a seus interesses. É o típico caso daquilo que Gieryn (1983, 1999) chama de trabalho de fronteira, isto é, práticas discursivas que definem o que se situa no reino da ciência e aquilo que está fora. No caso de conflitos ambientais, é comum que o trabalho dos cientistas seja alvo dessa prática (p. ex.: Nelkin, 1975; Ottinger, 2009; Arancibia; Motta, 2020; Paula, 2023).

O conceito de *cientificismo seletivo* está relacionado a esse tipo de contexto, mas inclui um elemento a mais, a invisibilização do trabalho de cientistas que apresentam argumentos contrários aos seus interesses. Nesse sentido, ele se refere a situações em que há uma controvérsia científica sobre a sustentabilidade de determinado empreendimento, no qual os empreendedores adotam um discurso cientificista, ou seja, de que a ciência é confiável e pode arbitrar a disputa.¹¹ Todavia, é realizada a invisibilização do outro lado da controvérsia, ou seja, a existência de *experts* com posicionamentos contrários é ignorada. A partir deste procedimento,

¹¹ É importante que sejam controvérsias científicas legítimas, e não aquelas fabricadas somente para influenciar processos decisórios e o debate público. Rajão et al. (2022) trazem alguns critérios que ajudam a distinguir controvérsias científicas legítimas, incluindo: a) elas devem ser produzidas por cientistas atuando em suas próprias áreas de pesquisa; b) os cientistas precisam dialogar com a literatura científica publicada em seus estudos; c) os cientistas precisam submeter suas ideias ao crivo dos pares, isto é, discutir suas ideias em congressos científicos relevantes e publicar em periódicos sérios com revisão por pares.

assume-se que está comprovado que as práticas do empreendimento são seguras, viáveis e sustentáveis. É uma postura cientificista na medida em que se defende a capacidade da ciência de dirimir conflitos, uma vez que ela é vista como uma forma objetiva e imparcial de conhecimento. Todavia, ao invés de os empreendedores reconhecerem os diferentes posicionamentos científicos sobre o empreendimento, é adotada uma postura seletiva, ignorando a existência de argumentos contrários a seus interesses econômicos e políticos. Assim, constrói-se uma narrativa de legitimidade em torno do empreendimento.

No caso do Oeste da Bahia, o agronegócio faz uso abundante da estratégia do cientificismo seletivo, dado que o conflito hídrico possui uma dimensão epistêmica. Há artigos científicos de diferentes grupos de pesquisa defendendo tanto que ainda há margem para o agronegócio expandir a irrigação (Pousa et al., 2019; Marques et al., 2020; Pimenta et al., 2021) como de cientistas criticando a prática e suas consequências de rebaixamento da vazão dos rios e do nível do aquífero Urucua (Gonçalves et al., 2016, 2018, 2020; Silva et al., 2021; Salmona et al., 2023; Martins et al., 2024) e, mais além, na escala nacional (Uchôa et al., 2024). A AIBA financiou estudos sobre o tema, com destaque para uma pesquisa em larga-escala realizada por pesquisadores da Universidade de Viçosa (UFV) em colaboração com pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade de Nebraska-Lincoln, coordenado pelo professor da UFV e empreendedor do ramo da irrigação Everardo Mantovani (Mantovani et al., 2019, 2021). Esses estudos criaram uma rede de monitoramento hídrico no Oeste da Bahia e apontam que apenas em poucas áreas haveria uma saturação do uso das águas para irrigação via pivô central, havendo ainda ampla margem para expansão da atividade. Essa pesquisa, assim como outras que trazem resultados favoráveis aos interesses do agronegócio baiano, são recorrentemente citadas na *AIBA Rural*. O trecho a seguir é um exemplo de como esses estudos são utilizados para argumentar em favor da sustentabilidade hídrica do agro do Oeste da Bahia:

O 8º Fórum Mundial da Água, que ocorreu recentemente em Brasília e reuniu especialistas do mundo inteiro para segurança tanto a segurança alimentar quanto a hídrica. Mesmo porque, a preservação da água é essencial para a continuidade da produção agrícola.

O evento, que também reuniu ambientalistas, pesquisadores, imprensa, representantes do setor produtivo e sociedade civil, foi palco para derrubar informações inverídicas que maculam a imagem ambiental da atividade agropecuária brasileira. Através de pesquisas científicas e dados reais, os conferencistas provaram que não são verdadeiros os conceitos como os de que a irrigação é responsável pela crise hídrica ou que a agricultura polui os rios e prejudica a população (Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia, 2018, p. 48).

Esse trecho é bastante ilustrativo do cientificismo seletivo. Os estudos que favorecem o agronegócio são retratados como as pesquisas científicas que têm “dados reais” e que “provam” que a irrigação não é responsável pela crise hídrica. O outro conjunto de estudos com resultados contrários é ignorado, sendo eles lançados em um lugar de invisibilidade, ou, na melhor das hipóteses, tratados como “informações inverídicas”. É realizado um trabalho de fronteira, porém este permanece implícito, pois os outros estudos sequer são citados e criticados abertamente.

O trecho a seguir, retirado de uma entrevista com Mantovani, o coordenador dos estudos sobre disponibilidade hídrica no Oeste da Bahia encomendados pela AIBA, também é exemplar do uso da estratégia do cientificismo seletivo, dado que sua opinião em momento algum é confrontada com aquela dos *experts* do outro lado da controvérsia:

Mantovani: Posto isto, minha opinião, é que existe grande potencial para expandir a agricultura irrigada para patamares mais elevados dos cerca de 192 mil ha atuais, o que corresponde aos 8% da área de produção citada. Se por um lado existem bacias com alto índice de

ocupação que precisam ser saneadas do ponto de vista de uso dos recursos hídricos, as mesmas representam, no máximo, 18% da área da região. Assim, temos acima de 82% do território da região Oeste da Bahia que tem grande potencial de crescimento da área irrigada e, assim, da agricultura irrigada. Os valores a que podemos chegar fazem parte do trabalho em andamento, mas uma coisa é certa, devemos tratar os recursos hídricos superficiais e subterrâneos como uma mesma fonte, pois temos uma conexão muito grande entre eles (Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia, 2020, p. 12)

Na mesma entrevista, Mantovani faz uma afirmação que aparece com frequência na *AlBA Rural*, de que o debate sobre a crise hídrica vinha sendo feito com base no “achismo e no emocional” e que seus estudos científicos ofereceriam uma base sólida para uma reflexão mais profunda sobre a questão:

Além disso, conseguimos desenvolver uma extensa agenda de discussão e debate sobre o projeto, seus objetivos e resultados, envolvendo todos os principais interessados e envolvidos no tema. Com isso ajudamos a construir um debate técnico e científico, com base em informações e fatos e não o “achismo” e o emocional (Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia, 2020, p. 8).

Esse trecho, assim como o primeiro apresentado nesta seção, que fala sobre “informações inverídicas” sobre a crise hídrica, evidenciam com clareza a estratégia do cientificismo seletivo. A expansão da irrigação é tomada como algo assentado em pesquisa científica. Opiniões contrárias são tratadas como inverídicas, achismo, como sendo derivadas do emocional e não da razão científica. Assim, outras pesquisas realizadas na área também por pesquisadores reconhecidos e publicadas na literatura científica revisada por pares são invisibilizadas ou mesmo deslegitimadas como não sendo ciência de verdade. Não fica claro se os adjetivos negativos apresentados acima se estenderiam a elas, pois elas sequer são citadas. Em caso positivo, seria o caso de deslegitimação. Em caso negativo, seria uma invisibilização, de modo que

elas sequer seriam dignas de serem discutidas. Em ambos os casos, a crença na ciência como uma instituição importante para informar processos decisórios é somente parcial, pois somente a ciência que é conveniente aos interesses do agronegócio é considerada, mesmo havendo uma controvérsia científica legítima sobre o tema ocupando espaço na literatura revisada por pares.

8. Conservação ambiental deslocada

A última estratégia discursiva analisada neste artigo é a *conservação ambiental deslocada*, que se refere a práticas conservacionistas destinadas a promover uma imagem de sustentabilidade, porém adotadas fora da área do empreendimento que causa impacto ambiental. Desse modo, não há alteração nas práticas que geram prejuízos ao meio ambiente. Há, assim, um esforço no sentido de reduzir danos ambientais, mas não por meio de mudanças no empreendimento, mas de práticas alternativas e deslocadas do local chave do conflito ambiental. Consequentemente, não há prejuízos econômicos ao processo produtivo, somente um investimento em práticas que buscam caracterizar o empreendimento como tendo responsabilidade ambiental.

Esse conceito não deve ser confundido com a noção de compensação ambiental, a qual consiste em mecanismos que buscam compensar os impactos ambientais inevitáveis provocados por projetos de desenvolvimento, promovendo a recuperação ou a conservação de *habitats* naturais em outras áreas, de forma que as perdas ecológicas sejam compensadas ou, até mesmo, anuladas (Levrel, 2020).¹² Apesar da semelhança entre as práticas, a conservação ambiental é parte da legislação ambiental contemporânea em várias partes do mundo (Droste et al. 2022), inclusive no Brasil, servindo portanto como mecanismo legal ao qual grandes empreendimentos aderem para garantir sua aprovação por entes estatais. No caso da conservação ambiental deslocada, estamos nos referindo a esforços voluntários que têm como objetivo a construção de uma imagem de sustentabilidade.

¹²Críticas às práticas de compensação ambiental baseadas na Ecologia Política podem ser encontradas em Castree (2008), Devictor (2018) e Fairhead, Leach e Scoones (2012).

Não se trata, portanto, de iniciativas que atendem a demandas legais, mas de práticas estratégicas que visam influenciar positivamente a percepção pública sobre setores econômicos.

No caso do Oeste da Bahia, dois projetos realizados com o apoio das associações do agronegócio e que foram relatadas na *AIBA Rural* exemplificam essa estratégia. O primeiro se trata do Projeto Nascentes do Oeste, que é conduzido pela AIBA. O seu objetivo é recuperar nascentes da região, aumentando sua vazão d'água. Isso pode ocorrer por meio de vários métodos, incluindo o reflorestamento de seu entorno, seu cercamento para evitar que gado ou incêndios afetem a vegetação, construção de caixas filtrantes para evitar o assoreamento, além da realização de ações de educação ambiental em comunidades próximas. Esse projeto, que, segundo reportagem de 2024 publicada no *website* da AIBA, já recuperou mais de 100 nascentes, foi premiado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) em 2020.¹³ A reportagem a seguir, publicada na *AIBA Rural* divulga o projeto e a premiação:

O Dia Mundial da Água, 22 de março de 2021, foi marcado por comemoração e homenagens, pelos produtores rurais baianos, após o anúncio da primeira colocação do Projeto Identificação, Preservação e Recuperação de Nascentes na Região Oeste da Bahia no Prêmio ANA 2020.

A iniciativa conduziu múltiplas ações no oeste baiano para a conservação e recuperação da vegetação em Áreas de Preservação Permanente (APP's) no entorno de nascentes, veredas e margens dos cursos d'água. O projeto, subsidiado por produtores rurais, conta com a parceria que envolve a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) e a Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), com aporte de recursos do Instituto Brasileiro do Algodão (IBA).

¹³ Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (2024).

Iniciado em 2017, com investimento total, previsto, de mais de R\$ 800 mil, o projeto foi concebido com o objetivo de ressaltar a importância da atividade rural na promoção de sustentabilidade e cuidados com os recursos hídricos da região, bem como, mostrar a seriedade e o respeito do produtor rural no cumprimento da legislação ambiental (Pignata et al., 2021, p. 12).

Esse trecho traz informações interessantes para compreendermos a estratégia da conservação ambiental deslocada. Primeiramente, é importante destacar que a recuperação de nascentes em nada impacta as atividades do agronegócio, sendo uma atividade deslocada dos locais de suas práticas produtivas. Ainda assim, o projeto é noticiado como evidenciando a importância do agronegócio na “promoção da sustentabilidade e cuidados hídricos da região”. Além disso, há um deslocamento do debate sobre conservação ambiental da captação de água para irrigação para a preservação das nascentes. Nesse sentido, dado que a irrigação com pivôs centrais é apresentada como algo inexorável para garantir a segurança alimentar, as práticas de conservação são deslocadas para fora dos locais irrigados, dos poços de captação de águas subterrâneas e dos piscinões que armazenam a água captada antes de ser enviada para os pivôs. A conservação é realizada em nascentes localizadas em vales a jusante das plantações, grande parte deles ocupados por comunidades tradicionais, as mesmas que têm sido afetadas pela crise hídrica. Assim, o projeto tem como objetivo adicional gerar uma imagem positiva do agronegócio perante as populações que têm sido afetadas pela baixa vazão dos rios.

Na continuidade da reportagem, há uma fala de Odancil Ranzi, então presidente da AIBA, que ilustra bem como o agronegócio utiliza esses projetos para construir uma imagem de sustentabilidade hídrica:

“A vitória do Projeto de Recuperação de Nascentes, da AIBA e da Abapa, no Prêmio ANA 2020, é uma justa homenagem aos produtores rurais, pela significativa contribuição que o setor agrícola tem dado,

por meio de ações e projetos, à preservação do meio ambiente. Nossa atividade é, atualmente, a que mais investe na mitigação dos impactos ambientais, e o prêmio vem para revelar esse trabalho”, enfatizou Odacil Ranzi, presidente da AIBA (Pignata et al., 2021, p. 13).

Outro projeto publicizado na *AIBA Rural* que exemplifica a estratégia da conservação ambiental deslocada é o Projeto Patrulha Mecanizada, fruto de uma parceria da Abapa com as prefeituras de municípios da região. Ele realiza a recuperação de estradas com o objetivo de, ao mesmo tempo, melhorar a infraestrutura da região e realizar a proteção ambiental. O seguinte trecho exemplifica os benefícios ambientais do projeto:

Desde a sua implantação, o projeto construiu cerca de 2.200 bacias de captação de água pluvial, cerca de 2 mil desvios laterais de água e cerca 250 terraços. Em vez da impermeabilização das estradas, a ação trabalha com a compactação do solo, garantindo o escoamento adequado da água e demais práticas que contribuem para a conservação do solo e preservação do lençol freático (Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia, 2015, p. 16).

O conservacionismo ambiental deslocado é aqui bastante evidente. As obras realizadas servem para melhorar as estradas e facilitar o escoamento da produção do agronegócio da região. Assim, o projeto não somente não coloca em questão o modelo produtivo vigente que é acusado de ser causador da crise hídrica, como o reforça. Ao mesmo tempo, ele desloca a discussão do impacto ambiental causado pela irrigação para as chuvas e para as estradas, que, com as reformas, evitariam que a água escoasse com sedimentos para os leitos dos rios, causando assoreamento. A conservação é novamente deslocada das áreas centrais do conflito hídrico e a atenção é deslocada para questões secundárias, como a infiltração das águas nas estradas. Assim, propagandeia-se uma imagem de sustentabilidade hídrica ao mesmo tempo em que se desloca as causas da crise hídrica para a precipitação.

9. Conclusões

Neste artigo, examinamos o ambientalismo agronegocial promovido pela AIBA. Mais especificamente, analisamos textos publicados na *AIBA Rural*, revista do agronegócio baiano, que procuram promover uma imagem de sustentabilidade hídrica do setor em um contexto de conflito ambiental com comunidades tradicionais. A partir do material analisado, desenvolvemos uma tipologia conceitual para compreender as estratégias presentes na revista para retratar o agro do Oeste da Bahia como sustentável de um ponto de vista hídrico, sendo elas o legalismo sustentável, o tecno-otimismo, o cientificismo seletivo e a conservação ambiental deslocada. Acreditamos que essa tipologia possa ser útil para outros estudos sobre ambientalismo corporativo e suas estratégias de produção de imagem de sustentabilidade.

Considerando a ampla desregulação ambiental ocorrida na Bahia e também em nível nacional nos últimos anos, a qual, conforme apontamos acima, foi fortemente influenciada por esforços dos setores econômicos, destacamos a necessidade de que os processos decisórios que envolvem a concessão de outorgas para a captação de água para pivôs centrais levem em consideração outras vozes, perspectivas e estudos para informá-los. Seria importante que as comunidades tradicionais com suas *expertises* leigas (Wynne, 1992) e as *expertises* científicas de algumas de suas lideranças (Silva, 2025) tivessem maior influência nesses processos. Além disso, cientistas que têm apresentado na literatura científica perspectivas contrárias àquelas mobilizadas pelo agronegócio também precisam ter suas vozes ouvidas. Em suma, é importante uma pluralização das fontes de conhecimento que informam processos decisórios relacionados a políticas hídricas de modo a se evitar que o ambientalismo agronegocial continue prevalecendo como representação fidedigna das relações ambiente e sociedade no contexto rural.

Por fim, há ampla margem para pesquisas futuras, em especial estudos interdisciplinares envolvendo cientistas sociais e cientistas ambientais, com o intuito de formular uma crítica mais aprofundada às estratégias do ambientalismo agronegocial examinadas neste trabalho.

Referências

1. ACSERALD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
2. ANTONINO, Lucas; SOUSA, Valdirene. Método corporativo-estatal no setor mineral: Discursos e práticas no contexto da transição energética. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 7, n. 1, 2025.
3. ARAGÃO, Rafaela *et al.* 'Greenlash' and reactionary stakeholders in environmental governance: An analysis of soy farmers against zero deforestation in Brazil. **Forest Policy and Economics**, v. 166, pp. 103267, 2024.
4. ARANCIBIA, Florencia; MOTTA, Renata. Estrategias de lucha y contra-experticia en el juicio por las fumigaciones con agrotóxicos en Ituzaingó, Córdoba. In: MOMBELLO, Laura; L'HOSTE, Ana (orgs.). **Naturaleza y conocimientos en tension**: aportes al debate ambiental desde las ciencias sociales. Buenos Aires: TeseoPress, 2020.
5. ARAÚJO, Aline; MILANEZ, Bruno. Ambientaismos minerários: a construção de narrativas de legitimação do setor extrativo. **Revista Tamoios**, v. 21, n. 1, 2025.
6. ARAÚJO, Aline; MILANEZ, Bruno. Do desenvolvimento sustentável à neutralidade climática: a evolução do discurso ambiental hegemônico 1970–2020. *Élisée-Revista de Geografia da UEG*, v. 13, n. 1, e1312405, 2024.
7. ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. Pela conservação dos recursos naturais. **AIBA Rural**, v. 1, n. 1, p. 16-17, 2015.
8. ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. Sustentabilidade hídrica na produção de alimentos. **AIBA Rural**, v. 4, n. 9, p. 50-51, 2018. Disponível em: <https://AIBA.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Revista-AIBA-Rural-Edicao-09.pdf>. Acesso em: 31 de julho de 2025.
9. ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. Entrevista: monitoramento e segurança hídrica. **AIBA Rural**, v. 6, n. 15, p. 8-13, 2020.

10. ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. 2024. Disponível em: <https://aiba.org.br/no-oeste-baiano-projeto-de-sustentabilidade-caminha-para-quarta-etapa-com-mais-de-100-nascentes-recuperadas/>. Acessado em: 18 jul. 2025.
11. ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. 2025a. Disponível em: <https://aiba.org.br/a-aiba/>. Acessado em: 18 jul. 2025.
12. ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. 2025b. Disponível em: <https://aiba.org.br/revista-aiba-rural/>. Acessado em: 18 jul. 2025.
13. AVLE, Seyram *et al.* Scaling techno-optimistic visions. **Engaging Science, Technology, and Society**, v. 6, p. 237-254, 2020.
14. BARRY, John. Bio-fuelling the Hummer? Transdisciplinary thoughts on techno-optimism and innovation in the transition from unsustainability. In: BYRNE, Edmond; MULLALLY, Gerard; SAGE, Colin (ed.) **Transdisciplinary perspectives on transitions to sustainability**. Londres; Nova York: Routledge, 2017.
15. BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.
16. BRANNSTROM, Christian. Environmental policy reform on north-eastern Brazil's agricultural frontier. **Geoforum**, v. 36, n. 2, p. 257-271, 2005.
17. BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.
18. BRONZ, Debora; ZHOURI, Andréa; CASTRO, Edna. Apresentação: passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 49, 2020.
19. BÜHLER, Eve; GAUTREAU, Pierre; OLIVEIRA, Valter. La revanche de l'agrobusiness brésilien Usages et paradoxes de la régulation environnementale par le numérique. *Études Rurales*, v. 209, p. 40-60, 2022.
20. BÜHLER, Eve; MARIE, Maxine. Agrobusiness. In: Cynorhodon Groupe (eds.). **Dictionnaire critique de l'anthropocène**. Paris: CNRS éditions, 2020, p. 41-46.
21. BUSATO, Júlio. Preservar o meio ambiente dá lucro. **AIBA Rural**, v. 4, n. 9, p. 23, 2018.
22. CASTREE, Noel. Neoliberalising nature: the logics of deregulation and reregulation. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 40, p. 131-152, 2008.

23. COFFEY, Amanda; ATKINSON, Paul. **Making sense of qualitative data: complementary research strategies**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1996.
24. CORDEIRO, Tássia. A investida do agronegócio na educação: Análise do discurso ambiental da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 7, n. 1, 2025.
25. DEVICTOR, Vincent. Dossier: La fabrique de la compensation écologique: controverses et pratiques – La compensation écologique: fondements épistémiques et reconfigurations technoscientifiques. **Nature Sciences Sociétés**, v. 26, p. 136-149, 2018.
26. DROSTE, Nils et al. A global overview of biodiversity offsetting governance. **Journal of Environmental Management**, v. 316, p. 115231, 2022.
27. ELOY, Ludivine et al. **A aceleração recente da produção de soja na Amazônia: uma história do desmonte ambiental “em prática” no estado de Roraima**. Nuevo Mundo, Mundos Nuevos, 2023a.
28. ELOY, Ludivine et al. The water frontier: Agribusiness vs. smallholder communities in the Brazilian Cerrado. **Water Alternatives**, v. 16, n. 3, p. 869-891, 2023b.
29. FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green Grabbing: a new appropriation of nature? **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 2, p. 237-261, 2012.
30. FILHO, Zé. Novos cenários para o agronegócio. **AIBA Rural**, v. 7, n. 19, p. 30-32, 2021.
31. FILIPPI, Dionata; KUHN, Fabiane; CORRÊA, Robson. A crescente demanda por alimentos e a necessidade de melhorar a eficiência da irrigação das lavouras no Brasil. **AIBA Rural**, v. 7, n. 19, p. 26-27, 2021.
32. FLEURY, Lorena; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, v. 16, n. 35, p. 34-82, 2014.
33. FLEURY, Lorena; BARBOSA, Rômulo; SANT’ANA JÚNIOR, Horácio. Sociologia dos conflitos ambientais: desafios epistemológicos, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, v. 5, n. 11, p. 219-53, 2017.
34. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **The state of food and agriculture: leveraging food systems for inclusive rural transformation**. Rome: FAO, 2017.

35. GARDEZI, Maaz; ARBUCKLE, Gordon. Techno-optimism and farmers' attitudes toward climate change adaptation. **Environment and Behavior**, v. 52, n. 1, p. 82-105, 2020.
36. GIERYN, Thomas. Boundary-work and the demarcation of science from non-science: strains and interests in professional ideologies of scientists. **American Sociological Review**, v. 48, n. 6, 1983.
37. GIERYN, Thomas. **Cultural boundaries of science: credibility on the line**. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1999.
38. GONÇALVES, Roger *et al.* Using GRACE to Quantify the depletion of terrestrial water storage in northeastern Brazil: The Urucuia Aquifer System. **The Science of the Total Environment**, v. 705, n. 135845, 2020.
39. GONÇALVES, Roger; ENGELBRECHT, Bruno; CHANG, Hung. Análise hidrológica de séries históricas da Bacia do Rio Grande (BA): contribuição do Sistema Aquífero Urucuia. **Águas Subterrâneas**, v. 30, n. 2, p. 190-208, 2016.
40. GONÇALVES, Roger; ENGELBRECHT, Bruno; CHANG, Hung. Evolução da contribuição do Sistema Aquífero Urucuia para o Rio São Francisco, Brasil. **Águas Subterrâneas**, v. 32, n. 1, p. 1-10, 2018.
41. LEVREL, Harold. **Les compensations écologiques**. Paris: La Découverte, 2020.
42. MAGALHÃES, Catiane. Agricultura eficiente: uma realidade no oeste baiano. **AIBA Rural**, v. 2, n. 8, p. 36-37, 2017.
43. MAIA, Margareth. **Desmatamento e apropriação da água no Oeste da Bahia: uma política de estado**. Simões Filho: Imaterra, 2024.
44. MANTOVANI, Everardo *et al.* **Estudo do potencial hídrico da região oeste da Bahia**: quantificação e monitoramento da disponibilidade dos recursos do Aquífero Urucuia e superficiais nas bacias dos Rios Grande, Corrente e Carinhonha. Viçosa, MG: AIBA, 2019. Disponível online: <https://AIBA.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Relatorio-Estudo-dos-Recursos-Hidricos-na-Regiao-Oeste-da-Bahia-2019.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2025.
45. MANTOVANI, Everardo *et al.* **Relatório Técnico Final**. Sistema integrado de inteligência territorial para gestão dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada no Oeste da Bahia. Viçosa, MG: AIBA, 2021. Disponível em: <https://AIBA.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Relatorio-Completo-Potencial-Hidrico-2021.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

46. MARQUES, Eduardo et al. Analysis of groundwater and river stage fluctuations and their relationship with water use and climate variation effects on Alto Grande watershed, Northeastern Brazil. **Journal of South American Earth Sciences**, v. 103, n. 102723, 2020.
47. MARTINS, Minella et al. Long-term sustainability of the water-agriculture-energy nexus in Brazil's MATOPIBA region: A case study using system dynamics. **Ambio**, v. 53, n. 12, p. 1722-1736, 2024.
48. MEDEIROS, Priscila et al. Greenwashing e desinformação: a publicidade tóxica do agronegócio brasileiro nas redes. **Comunicação e Sociedade**, v. 45, e024008, 2024.
49. MEYER, Gustavo; GERHARDT, Cleyton. Dos intrépidos gaúchos aos responsáveis homens de camisa azul: moralidade, sociabilidade e hierarquia na sociedade do agronegócio. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 67, n. 4, e20220080, 2024.
50. NARDELLI, Aurea; GRIFFITH, James. Modelo teórico para compreensão do ambientalismo empresarial do setor florestal brasileiro. **Revista Árvore**, v. 27, n. 6, p. 855-869, 2003.
51. NELKIN, Dorothy. The political impact of technical expertise. **Social Studies of Science**, v. 5, p. 35-54, 1975.
52. NUNES, Fátima; FÉLIX, Cícero. Gestão das águas. **AIBA Rural**, v. 1, n. 3, p. 30-34, 2015.
53. OLIVEIRA, Salles. Águas em Disputa: Multiplicidade Ontológica e Conflitos Socioambientais na Bacia do Rio Corrente, Bahia. 2024. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2024.
54. OTTINGER, Gwen. Epistemic fencelines: air monitoring instruments and expert-resident boundaries. **Spontaneous Generations: A Journal for the History and Philosophy of Science**, v. 3, n. 1, p. 55-67, p. 2009.
55. PAULA, Bruno. A mineração de urânio em questão: análise da comunicação pública das Indústrias Nucleares do Brasil (INB) em Caetité, Bahia. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 14, n. 2, p. 329-341, 2020.
56. PAULA, Bruno. **Fazendo a ciência não-feita**: a produção de contra-expertises diante da mineração de urânio em Caetité (BA). 2023. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

57. PIGNATA, Sérgio; CHAVES, Alessandra; PORTO, Enéas. Sustentabilidade - Produtores rurais do Oeste da Bahia ganham prêmio da Agência Nacional das Águas (ANA). **AIBA Rural**, v. 7, n. 19, p. 12-13, 2021.
58. PIMENTA, Fernando *et al.* Historical changes in land use and suitability for future agriculture expansion in western Bahia. **Remote Sensing**, v. 13, p. 1088, 2021.
59. POMPEIA, Caio. As cinco faces do agronegócio: mudanças climáticas e territórios indígenas. **Revista de Antropologia**, v. 66, e202839, 2023.
60. PORTO, José R. O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”. **Revista Nera**, v. 17, n. 25, p. 24-46, 2014.
61. PORTO-GONÇALVES, Carlos. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006
62. PORTO-GONÇALVES, Carlos.; CHAGAS, Samuel. **Os pivôs da discórdia e a digna raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina-BA**. Bom Jesus da Lapa: Editora Bom Jesus, 2019.
63. POUSA, Raphael *et al.* Climate change and intense irrigation growth in western Bahia, Brazil: The urgent need for hydroclimatic monitoring. **Water**, v. 11, n. 933, 2019.
64. QUINLAN, Andrea. The rape kit’s promise: techno-optimism in the fight against the backlog. **Science as Culture**, v. 30, n. 3, p. 440-464, 2021.
65. RAJÃO, Raoni *et al.* O risco das falsas controvérsias científicas para as políticas ambientais brasileiras. **Sociedade e Estado**, v. 37, n. 1, p. 317-352, 2022.
66. REIS, Alessandra. Cerrado, sustentabilidade e desenvolvimento. **AIBA Rural**, v. 7, n. 21, p. 12-14, 2021.
67. SALMONA, Yuri *et al.* A worrying future for river flows in the Brazilian Cerrado provoked by land use and climate changes. **Sustainability**, v. 15, n. 5, p. 4251, 2023.
68. SANTIAGO, Anna K.O.; HORA, Karla. Paisagens hídricas dos gerais e os fechos de pasto: o ciclo hidrossocial da Bacia do Rio Corrente em conflito com a fronteira agrícola na região do Oeste da Bahia. **Raízes Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 44, n. 2, p. 289-307, 2024.
69. SCHILLING-VACAFLOR, Almut *et al.* Contextualizing certification and auditing: Soy certification and access of local communities to land and water in Brazil. **World Development**, v. 140, p. 105281, 2021.

70. SILVA, Lucas M. **Contra-narrativas de comunidades tradicionais sobre a crise hídrica no Oeste da Bahia**: mobilização de contra-expertises na argumentação do problema ambiental. 2025. Monografia (Graduação em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2025.
71. SILVA, Andréa *et al.* Water Appropriation on the Agricultural Frontier in Western Bahia and Its Contribution to Streamflow Reduction: Revisiting the Debate in the Brazilian Cerrado. **Water**, v. 13, pp. 1054, 2021.
72. SOARES, Julia. Diálogos sobre sustentabilidade: Análise da concepção de sustentabilidade no material de comunicação da Anglo American com as comunidades afetadas pelo empreendimento Minas-Rio. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 7, n. 1, 2025.
73. SOUZA, Ana L.; BORGES, Nádia. Agro: a nossa essência. **AIBA Rural**, v. 11, n. 30, p. 24-27, 2025.
74. SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
75. TAVARES, Thiago. Gerencialismo ambiental: uma face da ambientalização corporativa analisada por meio de práticas ESG. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 7, n. 1, 2025.
76. TAVARES, Thiago; GIFFONI PINTO, Raquel.; MANSUR, Maíra. Ambientaismos corporativos: Captura, instrumentalização e controle sócio-espacial. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 7, n. 1, p. 12-23, 2025.
77. TUTTON, Richard. Sociotechnical imaginaries and techno-optimism: examining outer space utopias of Silicon Valley. **Science as Culture**, v. 30, n. 3, p. 416-439, 2021.
78. UCHÔA, José *et al.* Widespread potential for streamflow leakage across Brazil. **Nature Communications**, v. 15, n. 1, p. 10211, 2024.
79. UEMA, Liza; ROMANO, Jorge. Construindo a hegemonia no Oeste da Bahia: reflexões sobre a trajetória das estratégias discursivas do bloco dos baiúchos (2008-2022). **Século XXI – Revista De Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 27–51, 2024.
80. VIOLA, Eduardo; MENDES, Vinícius. Agricultura 4.0 e mudanças climáticas no Brasil. **Ambiente e Sociedade**, v. 22, pp. 1-22, 2022.
81. WYNNE, Brian. Misunderstood misunderstanding: social identities and public uptake of science. **Public Understanding of Science**, v. 1, n. 3, p. 281-304, 1992.

82. ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice B. **A Insustentável leveza da política ambiental:** desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

Fonte de financiamento: Agência Nacional de Pesquisa da França (ANR-23-CE55-0002), Projeto SOYLANDIA; CNPq, Edital Universal (405635/2023-0), Projeto SOYPIBA.

Conflito de interesses: Nenhum.

Contribuição dos Autores: Tiago Ribeiro Duarte: conceitualização, análise formal, investigação, metodologia, escrita – rascunho original, escrita – revisão e edição; Ludivine Eloy: conceitualização, metodologia, escrita – revisão e edição.

Aprovação do Comitê de Ética: Nada a declarar.

Disponibilidade de Dados: Os dados da pesquisa estão disponíveis em <https://aiba.org.br/revista-aiba-rural/>.

Uso de tecnologia assistida por inteligência artificial: Os autores declaram que nenhuma ferramenta de inteligência artificial foi utilizada na pesquisa aqui relatada ou na preparação do artigo.

Editor: Ângela Camana.

Tiago Ribeiro Duarte é doutor em Sociologia pela Cardiff University. ribeiroduartetiago@gmail.com

Ludivine Eloy é doutora em Geografia pela Sorbonne Nouvelle - Institut des Hautes Etudes d'Amérique Latine. ludivine.eloy@univ-montp3.fr

Recebido: 01 ago. 2025.

Aceito: 07 nov. 2025.